

# Uma crítica política de uma peça teatral:

os oprimidos, a Ação direta, o Estado e o palco de suas ações

---

Liberta

**H**á muito tempo em debate, a razão da arte, assim como sua necessidade, é ainda hoje, e talvez, ainda mais hoje, diante de um mundo capitalizado e banalizado, muito discutida.

Não tendo como objetivo adentrar nessa discussão nesse momento, apenas expresso que a possibilidade de pensamento e reflexão sobre a realidade existente é ainda, a meu ver (e espero que assim o seja em toda a sua durabilidade) um objetivo imprescindível da arte!

Pois bem, assim enunciado, gostaria de dedicar este espaço para uma análise crítica de uma peça ontem assistida; *Nekropolis*, de autoria de Roberto Alvim e sob direção de Juliana Galdino, no Club Noir.

Confesso que não tenho como intenção fazer uma crítica teatral, até pela falta de conhecimento das atuais propostas dramatúrgicas presentes em nossos dias. Em meus tempos no teatro, devo dizer que apenas conheci de uma forma um pouco mais aprofundada as propostas e o grande trabalho de Stanislavsky e, que apesar de ainda o ter como grande referencial, creio que não seria justo me utilizar dessas linhas para uma crítica do citado trabalho e dedicação da direção e atores sem o devido preparo teórico.

Por fim, o que singelamente me proponho é uma análise política do texto, sob uma perspectiva anarquista de um tema que merece nossa atenção.

*Nekropolis*, que parece dialogar com a discussão atual sobre a Comissão da Ver-

dade e os crimes cometidos durante a Ditadura Militar traz, como perspectiva central, ao menos em meu entendimento, uma questão de crucial importância. Diante de um Estado autoritário, tanto de outrora quanto de hoje, quem é o responsável pela violência? Ou, ao que se chama violência?

O texto parece sugerir uma posição que vai ao encontro com os escritos do grande Eduardo Colombo ao discorrer sobre o tema e que merece especial atenção nesse momento onde um dos grandes assuntos em pauta na mídia é a “violência” por parte dos manifestantes, ou ao menos de um grupo de “vândalos” que teria como único objetivo desmoralizar ou subverter o objetivo das manifestações e a resposta da polícia, pela primeira vez também encarada pela mídia burguesa como violenta, dentro da onda de protestos que ocorrem de norte ao sul do país, na tentativa de barrar o abusivo preço e aumento das passagens do transporte coletivo (coletivo sim, porém hoje, jamais público)!<sup>1</sup>

Nos diz Colombo:

Todas as manifestações abertas da violência são manipuladas de tal

---

1 No momento em que reviso esse texto, no dia 15/07/2013, após os primeiros escritos terem sido iniciados há quase um mês, devo dizer que o Movimento Passe Livre conseguiu uma vitória histórica em São Paulo, forçando a revogação das passagens de metrô, trens e ônibus do Estado de São Paulo e município, respectivamente!

sorte que sua apresentação cotidiana, escrita e em imagens, deixa à sombra seu verdadeiro sentido e sua conexão com o poder. O discurso social trabalha em nível da *representação* para inverter na superfície a relação profunda. O discurso apresenta as coisas como se a violência começasse com o ato do sujeito que se rebela; são *violentos* aqueles que não aceitam, aqueles que dizem não à ordem social. Depois vem a violência do Estado, resposta à primeira, violência secundária: é a repressão necessária para salvar a vida e os bens dos honestos cidadãos, o direito sagrado à propriedade, à vida e ao trabalho; quer dizer, violência benéfica para socorrer a lei e a ordem, a ordem social.

Chegamos, assim, a outra definição de *violência* social mais pragmática: a violência aparece como expressão de todo tipo de comportamento individual ou grupal que põe em perigo a ordem estabelecida e que faz intervir as forças repressivas do Estado. Tal comportamento pode ser calmo e pacífico ou brutal e extremos, ele violentará a regra imposta ou a submissão requerida.

De todo modo, estamos sempre confrontados a duas formas de violência, uma que ameaça a ordem, a outra que a restabelece. Mas a opinião normalizada vê só a primeira como primitiva, originária, negativa e ilegítima.

tima. O discurso da *insegurança* reconhece e assinala só um tipo particular de ação violenta: a *violência dos oprimidos*, a única '*ilegítima*'.

Longa citação é verdade! Mas são palavras que dialogam tanto com a peça que pretendo aqui discutir, quanto com o atual momento pelo qual passamos e que não podemos ignorar, nem o movimento, nem a sua distorção pelos *experts* dessa pretensão! Além do mais, se já possuímos palavras que expressam de forma tão clara aquilo que pensamos, precisamos delas nos utilizarmos!!

Para não fugir do objetivo proposto nas primeiras linhas desse texto, relato ligeiramente a história contada por Alvim e a relação com as palavras de Colombo se darão de imediato!

A peça, toda ambientada em um tribunal nos conta sobre um grupo de "terroristas", como são apresentados pela juíza e promotoria, autodenominado *Estirpe* e que tem como ação o desenterrar de corpos de cadáveres de crimes impunes ou não julgados pelo Estado e então expostos, meticulosamente, em público. Esses sujeitos que têm seus corpos desenterrados, corpos já em decomposição, entre eles mulheres, homens e crianças, são pobres ou moradores de rua, que nunca tiveram a possibilidade de um julgamento justo, como parecer o defendido pelo grupo *Estirpe*. A mulher, costureira de vestidos de luxo,

morreu em um deslizamento da favela em que morava, as crianças expostas em um parque público frequentado pela burguesia sofreram negligência médica ou foram vítimas do craque, uma delas sendo inclusive encontrada em um lixão. Os onze corpos expostos no estacionamento de um shopping, ao molde de uma tela de Rafael, perderam suas vidas por conta da violência cotidiana.

Há também uma idosa, "assassinada" pelo grupo ao ser retirada de um hospital público em péssimas condições e que sofria, há muito sozinha, de câncer nos ossos.

O grupo, defendendo objetivos políticos para suas ações, falava várias línguas, misturando o inglês, o francês, o italiano, o espanhol e o português. A meu ver representava desse modo a humanidade, aos olhos de meu companheiro, os atuais movimentos surgidos de um mundo globalizado. Talvez possamos abarcar as duas interpretações, talvez estejamos errando no que diz respeito às intenções de Alvim ou talvez se faça, intencionalmente presente, a possibilidade de múltiplos olhares.

O advogado insiste que os crimes foram cometidos pelo Estado e não pelo grupo que quis dar voz àqueles que não tiveram essa possibilidade em vida, enquanto a mídia burguesa, se achando a representante de toda a sociedade, defende a imediata punição desses atos de "horror" e "vandalismo".

Até aqui, nada a declarar! Ou melhor, declaro meu total apoio e concordância com a perspectiva apresentada!!

Onde o problema, em meus olhos anarquistas, aparece.

Em um primeiro momento, na perspectiva marxista e por conseguinte vanguardista na qual a peça se sustenta.

O “povo”, na voz de um único personagem que vai ao tribunal, marido da senhora costureira que morre no deslizamento, não consegue entender o objetivo político do ato cometido pelo grupo, aliás, o condena e traz em sua fala o orgulho de sua esposa ter sido uma ótima empregada. O advogado força a exposição de miséria na qual vivia o casal e o quanto a empresa, na qual a senhora trabalhara por muitos anos, nem sequer se preocupou em mandar flores no enterro.

A promotora termina por perguntar ao senhor qual ele achava que era o objetivo do grupo com “horrenda” ação e ele termina por dizer: “não sei”.

Não sabe. O “povo” não sabe. Parece não ter consciência do quanto é explorado. Tanto é que é o outro, o grupo politicamente consciente, que lhe dá voz. Lhe dá, porque ele não tem. Quando tem, diz que “não sabe”.

Ora, mas sabemos o quanto as classes oprimidas, de forma bastante pejorativa a ser chamada de “povo” pelo restante da sociedade, se fez, ao longo da história, sujeito de suas ações.

Esquecemos então os agentes da Greve Geral de 1917, da Revolução Espanhola, dos inúmeros ferroviários, metalúrgicos, operários, presos pelo DOPS durante as ditaduras varguista e militar, as inúmeras organizações que se formam nas periferias da cidade, organizações e manifestações que não são divulgadas pela mídia, como as que ocorreram na zona sul de São Paulo e reprimidas com bastante violência (só para não fugir da regra!), não me lembro se, há um ou dois anos atrás, e que ocorrem hoje, dentro da pauta da Tarifa Zero, qualidade do transporte e outras?!

Mas e aqueles que nada fazem? Que saem de suas casas as 4:00 hs da manhã e retornam as 21:00, 22:00, repetidamente, dia após dia. “Estes”, me diz uma pessoa muito especial e a quem devo grande parte da minha formação, “não têm uma consciência política refinada”. Se entender refinada como uma perspectiva política bem definida, talvez não, mas que “estes”, homens e mulheres que batalham pela sobrevivência em cada respirar, têm plena consciência da situação em que vivem, da exploração que sofrem, não há como negar!

Se não agem, bem, são inúmeros os motivos e não pretendo dar conta deles agora. Mas nem sempre inação se iguala a alienação. Aliás, diria que essa está longe de ser a regra ao encararmos circunstancialmente a atual situação política, econômica e cultural desses casos

que não nos cabe julgar!

Bem, exposta a minha rápida tentativa de fazer jus ao princípio pelo qual prezo, a não existência de nenhuma vanguarda ou donos da instrução – que a população se instrua por si só e assim faça a sua revolução! – já nos diziam os antigos, dedicarei mais algumas poucas linhas para falar do que acho que fica fora de lugar na peça, a estratégia de ação do grupo *Estirpe*, ou melhor, a forma como ela nos é apresentada.

Se for a tentativa do autor dialogar com a Comissão da Verdade, com o grande e atual debate de fazer a memória dos crimes cometidos pela ditadura militar vir à tona, diria que a forma pela qual o grupo fictício age não está de acordo com a proposta que referida comissão nos traz.

O grupo *Estirpe* age através da Ação Direta. Ele desenterra corpos em decomposição e os expõem em espaços públicos! Porém, durante toda peça, a legitimidade dessas ações, nos são apresentadas pela via que o Estado de Direito nos possibilita: o tribunal de justiça. Ora, reivindicando a Ação Direta como estratégia há muito utilizada pelos anarquistas, estas nunca tiveram e continuam não tendo nenhuma necessidade ou objetivo de dialogar com a legalidade atribuída ou não pelo Estado<sup>2</sup>. Não é

---

2 Entendo que no caso da peça, a existência do tribunal é fundamentada pela necessidade da defesa dos indivíduos que compõem o grupo

este que lhe diz o quanto é válida. Se a Comissão da Verdade tem por método a via jurídica, sabemos o quanto será limitada (e em outro momento talvez possamos discutir esses limites ou mesmo a proposta de uma comissão que se auto delega a verdade)!

Todavia, é importante que não confundamos os objetivos da Ação Direta com a luta pela sua legalidade estatal<sup>3</sup>. Nunca será. Ela é seu antagonismo e nesse sentido, não quero ser júri em nenhum tribunal, pois essa é a posição conferida ao público durante a peça. Quero destruí-los e junto com eles toda a corja maléfica que tem, como objetivo claro e definido, o nosso desempoderamento!

---

Estirpe perante um veredicto que poderia lhes encarcerar, e se deixar aprisionar não é algo que passe pela minha cabeça, mesmo que os meios de luta sejam a via jurídica, pois é esta que o Estado nos permite. O que debato, porém, é que ao longo da peça o foco foge da defesa do grupo para a tentativa de reconhecimento de suas ações por um júri (nós) e este, por fazer parte de uma lógica autoritária, não pode ser considerado digno, ainda mais para dar o seu parecer sobre uma ação que visa a resistência. Não podemos esperar isso de um júri chamado pelo Estado!

3 Quando falo em Ação Direta me refiro a uma forma de ação que diferencia os grupos e/ou indivíduos autônomos, libertários e anarquistas da forma de ação dos partidos, sejam eles de direita, centro ou esquerda. Todos esses partidos escolhem a via parlamentar como forma de atuação principal. A Ação Direta têm como base a ideia inalienável da não aceitação da representação política e se manifesta quando os grupos e indivíduos agem sem a mediação de instituições privadas, partidárias ou governamentais para a realização do que se propõe.